



DEFENSORIA PÚBLICA GERAL
DO ESTADO DO CEARÁ

Comissão Permanente de Licitação



**AVISO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20180017
BB Nº 733750**

A Defensora Pública-Geral do Estado do Ceará, por intermédio da Pregoeira e membros da equipe de apoio legalmente designados pela Portaria Nº 23/2018, de 09/01/2018, comunica o resultado do Pregão Eletrônico Nº 20180017, PROCESSO VIPROC Nº 5203035/2018, destinado à **AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA TÉRMICA NÃO FISCAL**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do Edital, o qual teve como EMPRESA VENCEDORA DO LOTE I: FRANCISCO FÁBIO VIANA SILVA - ME, CNPJ Nº 24.423.474/0001-04, no **VALOR GLOBAL DE R\$ 18.486,00 (Dezoito mil quatrocentos e oitenta e seis reais)**, ADJUDICADO em 21/09/2018 e HOMOLOGADO em 21/09/2018.

Fortaleza, 21 de setembro de 2018.

Nidia de Matos Nunes
Pregoeira

**PORTARIA Nº 2262/2018**

A DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR** o servidor **ADRIANO LEITINHO CAMPOS**, ocupante do cargo de Defensor Público de Entrância Final, matrícula nº 301.055-1-6, desta Defensoria Pública, a **deslocar-se** à cidade de Brasília - DF, no dia 17 de setembro de 2018, para participar do Encontro das Instituições do Sistema de Justiça ligadas à Infância e Adolescência, concedendo-lhe 01 (uma) diária sem pernoite no valor de R\$ 349,54 (trezentos e quarenta e nove reais e cinquenta e quatro centavos) e 01 (uma) ajuda de custo no valor de R\$ 255,43 (duzentos e cinquenta e cinco reais e quarenta e três centavos), totalizando no valor de R\$ 604,97 (seiscentos e quatro reais e noventa e sete centavos) e passagens aéreas, para o trecho Fortaleza/Brasília/Fortaleza, no valor de R\$ 1.350,66 (hum mil, trezentos e cinquenta reais e sessenta e seis centavos), perfazendo um total de R\$ 1.955,63 (hum mil, novecentos e cinquenta e cinco reais e sessenta e três centavos), de acordo com o Art. 66-B, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, bem como nos termos do que dispõem os Arts. 8º, 10, 11, 12 e Art. 13, inciso II, § 2º e Anexo Único, da Instrução Normativa nº 32/2017, 02 de fevereiro de 2017, da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 17 de setembro de 2018.

Mariana Lobo Botelho de Albuquerque

DEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO

Registre-se e publique-se.

**PORTARIA Nº 2259/2018**

A SECRETÁRIA EXECUTIVA, no uso de suas atribuições legais, **RESOLVE AUTORIZAR** a **MERILANE PIRES COELHO**, ocupante do cargo de Ouvidor Geral da Defensoria Pública, matrícula de nº 300.302-1-4 desta Defensoria, a **deslocar-se** à cidade de Crato - CE, nos dias 20 e 21 de setembro de 2018, para participar do IX Congresso Artefatos da Cultura Negra, bem como realizar Audiência Pública "Criação de instrumentos de participação popular nas Defensorias Estaduais", concedendo-lhe 01 (uma) diária com pernoite no valor de R\$ 339,73 (trezentos e trinta e nove reais e setenta e três centavos), de acordo com o Art. 66-B, da Lei Complementar Estadual nº 06/1997, bem como nos termos do que dispõem os Art. 12 e Art. 13, inciso III, § 1º e Anexo Único da Instrução Normativa nº 32/2017, 02 de fevereiro de 2017, da Defensoria Pública, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Defensoria.

DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza, 18 de setembro de 2018.

Elizabeth das Chagas Sousa

DEFENSORA PÚBLICA

SECRETÁRIA EXECUTIVA

Registre-se e publique-se.

AVISO DE RESULTADO FINAL DE LICITAÇÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20180017

BB Nº 733750

A Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará, por intermédio da Pregoeira e membros da equipe de apoio legalmente designados pela Portaria Nº 23/2018, de 09/01/2018, comunica o resultado do Pregão Eletrônico Nº 20180017, PROCESSO VIPROC Nº 5203035/2018, destinado à **AQUISIÇÃO DE IMPRESSORA TÉRMICA NÃO FISCAL**, de acordo com as especificações e quantitativos previstos no Anexo I - Termo de Referência do Edital, o qual teve como EMPRESA VENCEDORA DO LOTE I: FRANCISCO FÁBIO VIANA SILVA - ME, CNPJ Nº 24.423.474/0001-04, no **VALOR GLOBAL DE R\$ 18.486,00 (Dezoito mil quatrocentos e oitenta e seis reais)**, ADJUDICADO em 21/09/2018 e HOMOLOGADO em 21/09/2018.

Fortaleza, 21 de setembro de 2018.

Nidia de Matos Nunes

Pregoeira

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 13/2018

PROCESSO Nº 7504571/2018 – DPGE (SPU)

PESSOA FÍSICA: VILMA MARIA DOS SANTOS REIS, inscrita no CPF sob o nº 567.061.625-15, residente na Rua Areal de Cima, nº 96, Edifício Iraci Fraga, Apto. 201- Dois de Julho, Salvador /BA.

VALOR GLOBAL: R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), referente ao pagamento da palestrante Vilma Maria dos Santos Reis, que ministrará aos Defensores Públicos e usuários da Defensoria Pública do Estado do Ceará, palestra no evento de formação intitulada **"CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS"**, no dia 21 de setembro de 2018, na cidade do Crato/CE, na Universidade Regional do Cariri-URCA.

FONTE DE RECURSO: Fundo de Apoio e Aparelhamento da Defensoria Pública-Geral do Estado do Ceará – FAADep, fonte 70 e na Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará (DPGE), fonte 00. Orçamento 2018, com as seguintes classificações:

288 06200001.14.422.074.22923.15.33903600.2.70.00.1.20

228 06100001.14.122.074.22935.15.33903600.1.00.00.0.20

JUSTIFICATIVA: Justifica-se a declaração de INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO para pagamento da palestra no evento de formação intitulada **"CRIAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE PARTICIPAÇÃO POPULAR NAS DEFENSORIAS PÚBLICAS ESTADUAIS"**, no dia 21 de setembro de 2018, na cidade do Crato/CE, na Universidade Regional do Cariri – URCA, tendo como facilitadora a Ouvidora Geral da Defensoria Pública da Bahia, Mestre Vilma Maria Dos Santos Reis, no valor total de R\$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), com fundamento e amparo legal no art. 134, § 2º da Constituição Federal de 1988; art. 25, inciso II c/c art. 13, inciso VI, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como, arts. 1º, 2º, 4º e 5º da Lei Estadual 13.180/2001, em razão de tratar-se de serviço de aperfeiçoamento vinculado às funções desempenhadas